

Entidade: CENTRO DE PROMOÇÃO SOCIAL DO FURADOURO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2017	31-12-2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	205.521,17	213.051,86
Bens do património histórico e cultural			
Ativos intangíveis	3	970,00	970,00
Investimentos financeiros	3	1.092,78	237,79
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros créditos e ativos não correntes			
		207.583,95	214.259,65
Ativo Corrente			
Inventários	5	857,20	849,93
Créditos a receber	3	13.806,43	12.677,59
Estados e outros entes públicos	8	1.440,11	1.298,13
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	3	1.077,00	484,67
Diferimentos	8	4.419,27	3.155,83
Outros ativos correntes	8	9.060,44	5.440,58
Caixa e depósitos bancários	8	40.072,23	27.019,81
		70.732,68	50.926,54
Total do ativo		278.316,63	265.186,19
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	8	90.909,21	90.909,21
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	8	17.079,68	18.396,56
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	8	305,76	952,04
		108.294,65	110.257,81
Resultado líquido do período		15.278,66	-1.316,88
Total dos fundos patrimoniais		123.573,31	108.940,93
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	8	8.616,73	7.603,95
Estado e outros entes públicos	8	12.157,29	11.744,26
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	8	65.930,30	59.874,71
Outros passivos correntes	8	68.039,00	77.022,34
		154.743,32	156.245,26
Total do passivo		154.743,32	156.245,26
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		278.316,63	265.186,19

Entidade: CENTRO DE PROMOÇÃO SOCIAL DO FURADOURO**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	6	150.146,70	133.483,10
Subsídios, doações e legados à exploração	7	443.568,72	432.913,23
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	-48.194,86	-45.752,30
Fornecimentos e serviços externos		-59.166,37	-59.760,33
Gastos com o pessoal	9	-462.451,01	-454.169,57
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	-3.911,54
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor		1,26	-0,04
Outros rendimentos	6	8.683,36	10.409,81
Outros gastos	6	-8.529,50	-5.905,71
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		24.058,30	7.306,65
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-8.779,64	-8.623,53
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		15.278,66	-1.316,88
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		15.278,66	-1.316,88
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		15.278,66	-1.316,88

ANEXO

(Modelo para Entidades do Setor Não Lucrativo)

1. Identificação da entidade

1.1 Designação da entidade: Centro de Promoção Social do Furadouro

1.2 Sede: Avenida da República, Furadouro, 3880-350 Ovar

1.3 Natureza da actividade:

- Principal: Atividades de cuidados para crianças (CAE 88910).
- Secundárias: Outras atividades de apoio social sem alojamento (CAE 88990); Educação Pré-escolar (CAE 85100); Atividades de apoio social para pessoas idosas sem alojamento (CAE 88101).

1.4 Designação da empresa-mãe: Não aplicável.

1.5: Sede da empresa-mãe: Não aplicável.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico adoptado

As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, tendo sido adoptada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF – ESNL) de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, e tendo em conta as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho bem como a Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho.

2.2 Indicação e justificação das disposições do ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo ESNL.

2.3 Indicação e comentário das contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2017, para efeitos comparativos estão apresentados em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 Principais políticas contabilísticas

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição líquido deduzido das respectivas depreciações.

Ativos fixos intangíveis

Os activos fixos intangíveis são registados ao custo de aquisição líquido.

Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa em empresas associadas ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os investimentos financeiros são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial. Geralmente, traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra entidade.

Inventários

Os inventários que a Entidade detém destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhe estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, encontrando-se valorizados ao custo de aquisição.

Crédito a receber e outros ativos correntes

As dívidas de clientes ou de outros terceiros estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade e são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas e qualquer tipo de contribuição procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registadas no ativo pela quantia realizável.

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa correspondem a meios monetários imediatamente realizáveis.

Fornecedores e outros passivos correntes

As contas a pagar a fornecedores e outros credores estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade e são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.

Rédito

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

Subsídios do governo e apoios do governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração dos resultados.

b) Outras políticas contabilísticas relevantes:

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspectiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas:

Não existem situações que afectem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

3.2 Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

Não aplicável.

3.3 Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

Não aplicável.

3.4 Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

Não aplicável.

3.5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL (divulgação transitória):

Não aplicável.

4. Ativos fixos tangíveis

4.1 Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta: os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas.

b) Métodos de depreciação usados: os ativos fixos tangíveis são depreciados usando o método da linha reta.

c) Vidas úteis: as taxas de depreciação usadas reflectem a vida útil estimada dos bens:

Ativo fixo tangível	Vida útil (anos)
Edifícios e outras construções	2 a 10
Equipamento básico	4 e 10
Equipamento administrativo	20
Outros activos fixos	3 a 10

d) Reconciliação da quantia escriturada bruta no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações (valores em euros):

Ativo não corrente

Rubricas	Saldo inicial	Reaval. / Ajustam.	Aumentos	Alienações	Transf. e abates	Saldo final
Activos fixos tangíveis:						
Terrenos e recursos naturais	498,79					498,79
Edifícios e outras construções	335.289,21					335.289,21
Equipamento básico	74.875,82		1.248,95			76.124,77
Equipamento de transporte	37.963,27					37.963,27
Equipamento administrativo	48.814,31					48.814,31
Outras activos fixos tangíveis	7.471,33					7.471,33
	<u>504.912,73</u>		<u>1.248,95</u>			<u>506.161,68</u>

Depreciações e ajustamentos

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Anulação/ Reversão	Saldo final
Activos fixos tangíveis:				
Terrenos e recursos naturais	0	0		0
Edifícios e outras construções	126.952,48	6.995,11		133.947,59
Equipamento básico	70.989,21	1.454,90		72.444,11
Equipamento de transporte	37.963,27	0		37.963,27
Equipamento administrativo	48.484,59	329,63		48.814,22
Outros activos fixos tangíveis	7.471,33	0		7.471,33
	<u>291.860,88</u>	<u>8.779,64</u>		<u>300.640,52</u>

5. Inventários

5.1 Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada.

Os inventários foram mensurados de acordo com os custos de aquisição.

5.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os inventários da Instituição detalham-se conforme segue (valores em euros):

Inventários	31.12.2017	31.12.2016
Matérias-Primas - Géneros alimentares	857,20	849,93
Total	857,20	849,93

5.3 A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período, bem como de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período, e circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a tal reversão.

Movimentos	Mercadorias	Matérias-Primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	0	849,93
Compras	0	42.287,11
Regularização de existências	0	5.915,02
Existências finais	0	857,20
Custos no exercício	0	48.194,86

6. Rendimentos e gastos

6.1 Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços.

O rédito compreende o justo valor da prestação de serviços, líquido de impostos, sendo reconhecido da seguinte forma:

- O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento dos serviços prestados. Assim, no que concerne às comparticipações dos familiares dos utentes, o reconhecimento é feito ao longo do período económico.

- O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Instituição e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

6.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período

a) Prestação de serviços

Os principais rendimentos incluídos na rubrica prestação de serviços são relativos às comparticipações pagas pelos utentes e às quotas dos sócios da Entidade (valores em euros):

Rubrica	Valor
Quotas dos utilizadores	148.948,70
Quotizações	1.198,00

b) Outros rendimentos e ganhos

Os principais rendimentos incluídos nesta rubrica são referentes a (valores em euros):

Rubrica	Valor
Rendimentos suplementares – Férias Animadas	98,78
Donativos em Espécie – Géneros Alimentares	5.915,02
Donativos em Espécie – Outros	2.613,41

7. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

7.1 Subsídios à exploração

A Instituição beneficiou durante o exercício de 2017 de vários subsídios os quais totalizaram 443.568,72 €.

Os subsídios à exploração foram reconhecidos como rendimento do período. Estes subsídios foram concedidos pelas seguintes entidades:

- Centro Regional da Segurança Social de Aveiro, no montante de 429.507,99 €, relativa à actividade desenvolvida no âmbito da Infância e Juventude, Família e Comunidade, e Terceira Idade.
- Câmara Municipal de Ovar, no montante de 9.089,38 €, relativo ao Protocolo de Apoio ao Associativismo.
- União de Freguesias de Ovar, no montante de 750,00 €, relativo ao Protocolo de Apoio ao Associativismo.

À Instituição foram ainda efectuados vários donativos por particulares e empresas no montante de 4.221,35 €.

8. Instrumentos financeiros

8.1 Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.

a) Os Instrumentos financeiros foram mensurados ao custo menos perda por imparidade (quando aplicável):

- Meios Financeiros Líquidos, Fornecedores, Créditos a receber, Outros ativos correntes, Outros passivos correntes.

b) Fundos Patrimoniais

A rubrica Fundos constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os Fundos Patrimoniais são compostos por fundos atribuídos pelos fundadores da Instituição ou terceiros; fundos acumulados e outros excedentes; e subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

8.2 Explicitação dos movimentos ocorridos no período nas rubricas em que se verificaram alterações mais significativas

a) Movimentos ocorridos em cada uma das rubricas de Fundos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica Fundos Patrimoniais apresentava a seguinte decomposição (valores em euros):

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Fundos	90.909,21			90.909,21
Resultados transitados	18.396,56		1.316,88	17.079,68
Outras variações nos fundos patrimoniais	952,04		646,28	305,76
Total	110.257,81		6.163,53	108.294,65

b) Movimentos ocorridos na conta Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte decomposição (valores em euros):

<i>Estado e Outros Entes Públicos</i>	31.12.2017	31.12.2016
- Ativos:		
IVA – A recuperar	1.440,11	1.298,13
	1.440,11	1.298,13
- Passivos:		
Retenção de impostos s/ rendimento	3.217,00	2.922,00
Contribuições p/ Seg. Social	8.940,29	8.822,26
Total	12.157,29	11.744,26

c) Movimentos ocorridos na conta Outros ativos correntes

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica Outros ativos correntes apresentava a seguinte decomposição (valores em euros):

<i>Outros ativos correntes</i>	31.12.2017	31.12.2016
Ordenados ao pessoal	39,60	0,00
Adiantamentos ao pessoal	295,79	295,79
IEFP	0,00	5.114,70
Outros	345,09	30,09
Fundação Válega - FEAC	8.379,96	0,00
Total	9.060,44	5.440,58

d) Movimentos ocorridos na conta Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica Diferimentos apresentava a seguinte decomposição (valores em euros):

<i>Diferimentos</i>	31.12.2017	31.12.2016
- Activos:		
Gastos a reconhecer	4.419,27	3.155,83
Total	4.419,27	3.155,83
- Passivos:		
Rendimentos a reconhecer	65.930,30	59.874,71
Total	65.930,30	59.874,71

e) Movimentos ocorridos na conta Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica Fornecedores apresentava a seguinte decomposição (valores em euros):

<i>Fornecedores</i>	31.12.2017	31.12.2016
Fornecedores c/Corrente	8.616,73	7.603,95
Total	8.616,73	7.603,95

f) Movimentos ocorridos na conta Outros passivos correntes

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica Outros passivos correntes apresentava a seguinte decomposição (valores em euros):

<i>Outros passivos correntes</i>	31.12.2017	31.12.2016
Pessoal – Ordenados	0,00	98,79
Pessoal – Subsídio de Natal	0,00	9.509,92
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	64.764,71	64.180,61
Outras despesas diferidas	3.223,24	3.185,53
Outros devedores e credores		
Sindicatos	51,05	47,49
Total	68.039,00	77.022,34

g) Movimentos ocorridos na conta Caixa e Depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica Caixa e Depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição (valores em euros):

	31.12.2017	31.12.2016
<i>Caixa</i>		
Fundo Fixo	1.556,76	1.528,23
Recebimentos	845,85	801,49
<i>Depósitos à ordem</i>		
BPI – Conta 1	34.641,69	23.979,36
BPI – Conta 2	3.027,93	710,73
Total	40.072,23	27.019,81

9. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos no período de 2017 foram 5. Os órgãos diretivos não usufruem de qualquer tipo de remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Instituição em 31/12/2017 foi de 29. Os gastos que a Instituição incorreu com os funcionários foram os seguintes (valores em euros):

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal		
- Remunerações certas	370.088,14	360.169,42
- Abonos para falhas	348,00	348,00
- Subsídio de alimentação	0,00	0,00
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	84.299,32	80.912,50
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	5.118,65	5.395,73
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal		
- Formação Profissional	66,90	0,00
- Gratificações	0,00	544,00
- Outros custos	2.530,00	6.799,92
Total	462.451,01	454.169,57

10. Outras informações

- Não existem empréstimos a membros dos órgãos sociais da Associação.
- Não existem dívidas incluídas na conta “Estado e outros entes públicos” em situação de mora.
- Não existem dívidas a terceiros a mais de cinco anos.
- Não existem dívidas a terceiros, reconhecidas pela Associação, cobertas por garantias reais.
- Não existem compromissos financeiros que não figurem no balanço.
- Não existem garantias prestadas a terceiros.